

A. I. N° - 281394.0106/04-7
AUTUADO - EMPRAFORRO IND E COM DE PLÁSTICOS LTDA.
AUTUANTE - EDUARDO TADEU FELIPE LEMPE
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 15. 07. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0255-04/04

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO COM INSCRIÇÃO CANCELADA. FALTA DE RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES. MULTA. Infração caracterizada. Rejeitado o pedido de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 14/01/04, pela fiscalização do trânsito de mercadorias, para aplicar a multa, no valor de R\$ 460,00, referente à falta de renovação de inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS.

O autuado apresentou defesa, à fl. 15, argumentando que o horário de funcionamento da empresa é das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00, sendo que entre os dias 22, 26, e 30/12/2003, no intervalo de almoço, a fiscalização de trânsito passou em frente a empresa e verificou que a mesma estava fechada, chegando a conclusão que o estabelecimento não estava em atividade, cancelando a inscrição, não comunicando ao autuado ou ao estabelecimento vizinho, portanto, requer pela nulidade do Auto de Infração.

Na informação fiscal, às fls. 21 a 22, a auditora designada aduz que da leitura dos autos, especialmente dos documentos à folha 03, depreende-se que as justificativas apresentadas pelo autuado não guardam vínculo com o real motivo do cancelamento. O contribuinte foi intimado para cancelamento em 05/12/2003, e efetivamente cancelado em 07/01/2004, conforme editais n°s 36/2003 e 01/2004, publicado no Diário Oficial do Estado, pelo motivo descrito no artigo 171, inciso IX do RICMS/Ba., aprovado pelo Decreto 6.284/97, que se refere à situação de “quando o contribuinte deixar de atender a intimações relativas a programações específicas, eventualmente programadas ou autorizadas.”

Ao final, solicita que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o pagamento de multa, em razão do autuado não haver renovado a inscrição estadual do estabelecimento no cadastro de contribuinte do ICMS.

Inicialmente afasto a preliminar de nulidade suscitada pelo sujeito passivo, tendo em vista que não se observa qualquer erro ou vício especificado no art. 18, do RPAF/99, que possibilite sua decretação.

Adentrando no mérito da autuação e após analisar as peças que compõem o PAF, constatei que o autuado estava, efetivamente, com sua inscrição estadual cancelada junto ao cadastro da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, conforme documento às fl. 03.

Em sua peça defensiva, alega o autuado que o cancelamento decorreu da visita ao estabelecimento, por parte da fiscalização, no horário de almoço, período em que o mesmo fica fechado.

O argumento defensivo não pode ser acolhido, pois o motivo do cancelamento foi em razão do autuado deixar de atender a intimações relativas a programações específicas, programadas ou autorizadas, em conformidade com disposto no art. 171, IX, do RICMS/97.

Ademais, como bem ressaltou a auditora designada para prestar a informação fiscal, o autuado foi intimado para cancelamento em 05/12/2003, por meio do edital nº 36/2003, fl. 03. Entretanto, não adotou qualquer providência para regularização sua situação, sendo efetivamente cancelado em 07/01/2004, conforme edital nº 01/2004, fl. 03.

Por sua vez, a alínea “f”, inciso XV, do art. 42, da Lei 7014/96, estabelece a multa específica para falta de inscrição ou de renovação de inscrição na repartição fiscal.

Diante do exposto voto pela PROCEDÊNCIA da autuação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281394.0106/04-7**, lavrado contra **EMPRAFORRO IND E COM DE PLÁSTICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$460,00**, prevista no art. 42, XV, “f”, da Lei nº 7014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de julho de 2004

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR